

RECURSO ESPECIAL Nº 1.811.161 - PE (2019/0126601-0)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
RECORRENTE : **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**
RECORRIDO : **ROMERO FITTIPALDI PONTUAL**
ADVOGADOS : **EDUARDO LEMOS LINS DE ALBUQUERQUE - PE037001**
MANUELA ALVES DE BARROS CORREIA - PE042757

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundado na alínea "c" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, cuja ementa é a seguinte (e-STJ fl. 3.491):

EMENTA: PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. REVOGAÇÃO DA MEDIDA DE SEQUESTRO. TRANSCURSO DE MAIS DE 01 ANO E 04 MESES SEM O INÍCIO DA AÇÃO PENAL. OFENSA AO ART. 2º, §1º, DO DL 3.240/41. APELAÇÃO PROVIDA.

1. Trata-se de apelação interposta por ROMERO FITTIPALDI contra decisão proferida pelo Juízo da 13ª Vara Federal de Pernambuco, nos autos do processo nº 0802033-50.2018.4.05.8300 (posteriormente desmembrado no atual processo nº 0810840-59.2018.4.05.8300), que negou pedido de afastamento da constrição cautelar de seqüestro imposta em seu desfavor no âmbito da "Operação Torrentes".

2. Apesar de informar que há fortes indícios da prática de crimes pelo apelante como forma de lhe atribuir a responsabilidade por reparação do dano à fazenda pública em razão de delitos contra ela cometidos, até o presente momento, o MPF não ofertou denúncia contra ele.

3. Ultrapassado, em muito (mais de 01 ano), o prazo de 90 dias para o início da ação penal, após a efetivação do seqüestro, previsto no art. 2º, §1º, do DL 3240/41, deve-se cessar a constrição judicial sobre os bens do apelante. Precedente desta Terceira Turma, também em favor do apelante: (PROCESSO: 08006382320184058300, DESEMBARGADOR FEDERAL FERNANDO BRAGA, 3ª Turma, JULGAMENTO: 08/08/2018, PUBLICAÇÃO:)

4. Apelação provida, para determinar ao Juízo a quo a imediata revogação, independentemente do trânsito em julgado do acórdão, do seqüestro sobre os bens do apelante.

Nas razões do recurso especial, alega a parte recorrente violação do artigo 2º, §1º, do Decreto-Lei nº 3.240/1941. Sustenta que o excesso de prazo na constrição dos valores deve ser analisada à luz das peculiaridades da demanda com observância do princípio da razoabilidade. Busca apresentar dissídio jurisprudencial.

Apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 3527/3542), o recurso foi admitido (e-STJ fl. 3.569), manifestando-se o Ministério Público Federal pelo provimento do recurso especial (e-STJ fls. 3578/3584).

É o relatório. **Decido.**

O recurso merece acolhida.

A jurisprudência desta Corte Superior de Justiça é no sentido de que, *embora a teor do art. 6.º do Decreto-Lei n.º 3.240/41, a ação penal deverá ter início dentro de noventa dias contados da decretação da medida, segundo já decidiu este Superior Tribunal de Justiça, o atraso no encerramento das diligências deve ser analisado conforme as peculiaridades de cada procedimento* (RMS 29.253/DF, Rel. Ministra LAURITA VAZ, Quinta Turma, julgado em 23/10/2012, DJe 30/10/2012).

Nessa linha, os seguintes julgados:

[...] SEQUESTRO DE BENS. LEVANTAMENTO. OFERECIMENTO. DENÚNCIA. EXCESSO DE PRAZO NÃO CONFIGURADO. COMPLEXIDADE DA CAUSA.

1. As peculiaridades do caso concreto, em especial a complexidade das investigações, justifica a extrapolação do prazo para oferecimento da denúncia, estabelecido no art. 131, inciso I, do Código de Processo Penal, sem que acarrete ofensa ao citado dispositivo legal ou desfazimento da constrição judicial.

2. Agravo regimental desprovido. (AgRg no REsp 1749472/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 04/04/2019, DJe 06/05/2019)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM MANDADO DE

SEGURANÇA. OPERAÇÃO LAMA ASFÁLTICA. LAVAGEM DE DINHEIRO. SEQÜESTRO DE BENS. EXCESSO DE PRAZO. NÃO OCORRÊNCIA. COMPLEXIDADE DA CAUSA. ABRANGÊNCIA DA CONSTRUÇÃO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. OBSERVÂNCIA. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. No caso, a decisão que determinou o seqüestro de bens de maneira devidamente fundamentada não ofende direito líquido e certo dos recorrentes, notadamente se se levar em conta a complexidade da causa.

2. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no RMS 55.789/MS, Rei. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 07/08/2018, DJe 14/08/2018)

PROCESSUAL PENAL. RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. MEDIDA ASSECURATÓRIA DE SEQÜESTRO. LEVANTAMENTO DE BENS.

1. A decretação do seqüestro observou os requisitos previstos no art. 126 do Código de Processo Penal, ficando demonstrada a existência de veementes indícios da origem ilícita dos bens. Ultrapassar esse entendimento demandaria ampla incursão no campo fático-probatório, incompatível com a via do mandado de segurança.

2. Ofensa ao art. 131, I, do Código de Processo Penal não evidenciada. Não há violação de direito líquido e certo se o atraso foi justificado pelas peculiaridades da causa, que, no caso, revela-se complexa e com pluralidade de autores. Precedentes.

3. Oferecida a denúncia, resta superada a alegação de excesso de prazo na medida assecuratória. Precedentes. 4. Recurso ordinário em mandado de segurança improvido. (RMS 29.188/SP, Rei. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 20/08/2013, DJe 06/09/2013)

RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. OPERAÇÃO HYGEA. SEQUESTRO DE BENS. ALEGADA VIOLAÇÃO AO PRAZO PREVISTO NO ART. 131, INCISO I, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. EXCESSO DE PRAZO NÃO CONFIGURADO. COMPLEXIDADE DA CAUSA. DENÚNCIA POSTERIORMENTE OFERECIDA. EVENTUAL ILEGALIDADE SUPERADA. RECURSO DESPROVIDO.

1. O princípio da razoabilidade impede que, no caso, o prazo

previsto no art. 131, inciso I, do Código de Processo Penal incida de forma peremptória, nomeadamente porque as instâncias ordinárias consignaram a extrema complexidade do feito, instaurado contra dezenas de investigados para apurar fraudes na execução de obras e contratações feitas por órgãos públicos e diversos municípios, todos em tese a se beneficiar ilicitamente de recursos da União repassados mediante convênios.

2. A alegação de excesso de prazo na medida constritiva resta superada após o início da ação penal. Precedentes.

3. Recurso desprovido. (RMS 36.728/MT, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 12/11/2013, DJe 25/11/2013)

No presente caso, o Tribunal *a quo* consignou que, *ultrapassado, em muito (mais de 01 ano), o prazo de 90 dias para o início da ação penal, após a efetivação do seqüestro, previsto no art. 2º, §1º, do DL 3240/41, deve-se cessar a constrição judicial sobre os bens do apelante (e-STJ fl. 3491).*

Ora, o afastamento da constrição foi feito apenas com base no prazo do art. 2º, §1º, do DL 3240/41, sem qualquer análise do caso concreto, suas peculiaridades e complexidade das investigações, o que ofende o princípio da razoabilidade.

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, inciso VIII, do CPC, e no art. 255, § 4º, inciso III, do RISTJ, e na Súmula n. 568/STJ, **dou provimento** ao recurso especial para determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem, a fim de que se proceda a análise do caso concreto a justificar ou não o afastamento do sequestro realizado.

Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator